

Tratamento com células CAR-T para leucemia e linfomas pode chegar ao SUS em dois anos

Tecnologia passa por fases finais de estudo clínico, conduzido pela USP Ribeirão Preto

Prognóstico leva em conta redução do preço, mas depende de aprovação da Anvisa e da Conitec, diz Ministério da Saúde

3.abr.2026 às 4h00

Atualizado: 4.abr.2026 às 17h05

 EDIÇÃO IMPRESSA  ERRAMOS

Luis Eduardo de Sousa

CAMPINAS O tratamento com células CAR-T pode estar no SUS (Sistema Único de Saúde) em até dois anos, estima o pesquisador Vanderson Rocha, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (Universidade de São Paulo), envolvido no estudo.

A terapia pode chegar ao sistema público a partir de um projeto incubado no campus de Ribeirão Preto da universidade, que desenvolveu uma produção própria das CAR-T, reduzindo os custos da terapia oferecida no Brasil a preços milionários. Se aprovada, será empregada para tratar linfoma e leucemia.

Atualmente, três produtos são aprovados pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária): Kymriah (tisagenlecleucel), da Novartis, Yescarta (axicabtageno ciloleucel), da Gilead/Kite Pharma, Carvykti (ciltacabtagene autoleucel) do laboratório Johnson and Johnson. A terapia com eles chega a custar R\$ 2 milhões.



Pesquisadores trabalham em laboratório da USP, em Ribeirão Preto, onde são produzidas as células CAR-T - Joel Silva - 2.jun.23/Folhapress

O projeto da USP Ribeirão é desenvolvido à margem das tecnologias da indústria. Os estudos estão em fase de teste clínico e devem ser apresentados à Anvisa em aproximadamente um ano, segundo Rocha.

A estimativa foi compartilhada por ele durante o congresso Onco in Rio, organizado pela Rede D'Or nos dias 27 e 28 de março, no Rio de Janeiro. A terapia, que integra a chamada medicina de precisão, consiste em retirar células do paciente e modificá-las geneticamente para capacitá-las a destruir células cancerosas.

"Nós experimentamos uma nova forma de fazer e percebemos que os resultados ficaram parecidos ao que se tem na literatura a respeito. O Ministério da Saúde fez um investimento na pesquisa que viabilizou estudar um grupo de 81 pacientes", explica Rocha.

Desse grupo, 20 apresentaram melhora da doença. Rocha afirma que os resultados dos demais são sigilosos, e que só poderão ser divulgados depois de entregues à Anvisa, no pedido de aprovação. Depois, a Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde) avaliará o custo-benefício do tratamento. A tecnologia pode reduzir em mais de R\$ 1 milhão o valor atual.

PUBLICIDADE

As pesquisas foram conduzidas nos hospitais de clínicas de Ribeirão Preto e São Paulo, ambos da USP, e da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), além do Hospital Sírio Libanês e do Beneficência Portuguesa.

"O princípio é o mesmo, mas o vetor viral é diferente, os anticorpos são diferentes. É como se fosse uma nova receita para um mesmo conceito. Com certeza, o valor deve ser bem inferior ao produto da indústria farmacêutica", diz.

LEIA MAIS

Medicina de precisão contra câncer no SUS: como viabilizar a implantação da terapia com células CAR-T?

Brasil realiza primeiro estudo nacional com técnica que 'ensina' células a combater câncer

Terapia espanhola de células CAR-T para câncer no sangue pode vir para o Brasil

Inca anuncia estudo para implementação de rastreio do câncer de pulmão no SUS

Segundo Rocha, os pesquisadores também assinaram uma parceria com a China para a importação da CAR-T direcionadas ao BCMA. Essa tecnologia, já utilizada naquele país, incluiria a possibilidade de tratar também o mieloma.

"Se aprovado pela Anvisa com os testes clínicos conduzidos na China, o tratamento também poderá chegar ao Brasil em breve", diz Rocha. Ele explica, no entanto, que a agência pode solicitar novos estudos antes de conceder a permissão.

Em nota, o Ministério da Saúde confirmou a injeção de R\$ 1,48 milhão no estudo da USP e disse que busca "estruturar uma rede nacional de terapia celular, incluindo CAR-T, com foco em expansão de capacidade produtiva, infraestrutura qualificada e modelos multicêntricos."

A pasta, no entanto, reforça, que a incorporação dependerá da análise da Conitec, após aval da Anvisa para o tratamento.

O projeto Saúde Pública tem apoio da Umame, associação civil que tem como objetivo auxiliar iniciativas voltadas à promoção da saúde.